



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

MENSAGEM Nº 030/2022

Rio Branco do Sul, 08 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente

Danilo Felipe Rausis Pedroso

Rua Domingos Alessandro Nodari,

83.540-000/Rio Branco do Sul-PR

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores,

Encaminho, a essa Colenda Casa de Leis, para apreciação dos nobres Edis, o projeto de lei que “Dispõe sobre a Atualização do salário base do Magistério Público Municipal da Educação Básica e referências da tabela de vencimento do quadro dos Profissionais do Magistério para o exercício de 2022, na forma que especifica, do Município de Rio Branco do Sul.”

A atualização salarial se torna importante para que os vencimentos dos servidores do Magistério não fiquem defasados frente à inflação acumulada no ano de 2021.

É de saber público que a inflação acumulada nos últimos anos vem subindo gradativamente, sendo assim torna necessária a atualização salarial.

O reajuste salarial proposto neste projeto é para os profissionais do magistério público da educação básica municipal, para a jornada de, no máximo, 40 (quarenta) horas semanais.

Após estudos de impacto financeiro realizado pelo Departamento de Administração da Secretaria Municipal de Educação, e considerando a análise da Secretaria de Finanças junto a Chefe do Poder Executivo Prefeita Karime Fayad, concluiu-se que o valor do reajuste para os professores pertencentes ao quadro efetivo do Magistério Municipal será de 10% (dez por cento) sobre o salário.



RIO BRANCO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

Com a finalidade de dar transparência aos atos encaminha-se para apreciação junto a este Projeto de Lei, as tabelas salariais que foram atualizadas conforme índice do reajuste de 10% (dez por cento) em todos os níveis e classes.

O valor do Piso Nacional do magistério é determinado pelo artigo 5º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que institui a atualização anual do piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica. Atualmente os valores de percentuais de aumento estão descritos na Portaria nº 67, de 4 de fevereiro de 2022 - MEC, porém é necessário que o município de Rio Branco do Sul realize o reajuste salarial da classe dos professores dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Faz-se saber que a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem divulgado sua posição frente aos critérios de reajuste do piso nacional do magistério, o presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, ressaltou que “as prefeituras devem se levar em conta os limites de gastos com pessoal atual e no futuro, visto que o aumento é anual;” ainda frisa que cada ente federado deve “analisar a realidade local e submeter a aprovação do reajuste por lei municipal.”

Nestes termos, a presente criação legislativa nada mais é do que um movimento de modernização e adequação dos serviços públicos, que como se sabe, não são estáticos e naturalmente precisam passar por melhoramentos, com vista a entregar à população o melhor atendimento possível.

Pelo exposto, Nobres Legisladores e, na certeza de haver cumprido a estreita observância das disposições legais inerentes à matéria, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa, **requerendo a tramitação em regime de urgência, conforme faculta o artigo 56 da Lei Orgânica Municipal.**

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos de consideração e respeito.

KARIME FAYAD



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeita Municipal



RIO BRANCO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº.042/2022

Apresenta o Projeto de Lei nº 030/2022 que “Dispõe sobre a Atualização do salário base do Magistério Público Municipal da Educação Básica e referências da tabela de vencimento do quadro dos Profissionais do Magistério para o exercício de 2022, na forma que especifica, do Município de Rio Branco do Sul”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, Estado do Paraná, **APROVOU** e eu, **KARIME FAYAD**, Prefeita Municipal, **SANCIONO** a seguinte lei:

TÍTULO I

DO REAJUSTE

Art. 1º Fica concedido o reajuste dos vencimentos da carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal, conforme disposto na Lei Municipal nº 982, de 2011 e na Lei Municipal nº 1.061, de 2013, no percentual de 10% (dez por cento), correspondente a atualização salarial, conforme definido pela Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008.

Art. 2º Em razão da aplicação do percentual de recomposição de que trata esta Lei, os anexos contidos na Lei Municipal nº 982 de 2011 e na Lei Municipal nº 1.061 de 2013, observadas as recomposições pretéritas já havidas, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III e IV parte integrante desta Lei.

Art. 3º As despesas resultantes da recomposição salarial dos vencimentos para os Profissionais do Magistério Público da Educação Básica, de que trata esta Lei, correrão à conta de recursos consignados no orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, vigente do Poder Executivo do Município, suplementados se necessário.



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita do Município de Rio Branco do Sul, em 08 de setembro de 2022.

KARIME FAYAD

Prefeita Municipal